



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	24436/2024
Data do Início	06/11/2024
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 24436/2024, Pregão Presencial n.º 19/2023

OBJETO: Registro de Preços para terceirização através de empresa para a prestação do serviço gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá.

À Secretaria de Educação,

A empresa **BRASERVICE SOLUÇÕES EM RECURSOS HUMANOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	24436/2024
Data do Início	06/11/2024
Folha	
Rubrica	

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta ilegalidade no instrumento convocatório;

III – DO MÉRITO

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado possui diversas irregularidades referentes à falta de informações necessárias para o melhor cumprimento do objeto contratado.

De início, é importante esclarecer que, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no edital, tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e, ainda, da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto estabelecidas nos processos licitatórios elaborados por esta municipalidade são formuladas mediante pesquisas e análises para atender as diversas demandas deste ente. Outro aspecto a se considerar, consiste na presunção de legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e, também, na possibilidade de prática de atos discricionários os quais são pautados na oportunidade e conveniência para fins de atendimento ao interesse público.

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. ” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)

Diante do exposto, cabe ressaltar que esta Comissão não possui expertise técnica necessária para deliberar em caráter definitivo a respeito das razões apresentadas na peça impugnatória, devendo a Secretaria Requisitante deliberar a respeito das razões apresentadas.

Assim, considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	24436/2024
Data do Início	06/11/2024
Folha	
Rubrica	

necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 06 de novembro de 2024

Maria Lúcia Cardoso Travassos
Matr 111.813

De acordo

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira